

própria fazenda, num programa que se diz de reforma agrária?

Não, Sr. Presidente! Nós não queremos partir para esse terreno escoregado. Mas, se a tanto nos levarem, a ele iremos. Se querem assim, que assim seja, ainda que nos repugne.

Sr. Presidente, é uma getulista de ontem, de hoje e de amanhã, que reverencia a dignidade do udemista que é Abreu Sodré. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. FRANCISCO FRANCO** (Sem revisão do orador) (Para reclamação) — Sr. Presidente, a bancada do Partido Republicano, por meu intermédio neste instante, hipoteca esta solidez de atitude de V. Exa. Errado ou certo, V. Exa., na condução dos trabalhos desta Casa, tem se havido com dignidade, honradez e justiça. Portanto, neste instante em que V. Exa. é injustamente atacado pela imprensa de São Paulo, a bancada do Partido Republicano vem mais uma vez, por meu intermédio, deixar bem patente que está solidária com a atitude de V. Exa. (muito bem!)

**O SR. ANTONIO MASTROCOLA** (Sem revisão do orador) (Para reclamação) — Sr. Presidente, sou membro da bancada da União Democrática Nacional. Jamais deixei de respeitar os meus colegas, muito menos aqueles que, como V. Exa., têm honrado o seu mandato nesta Casa, não só como representante do meu partido, a U.D.N., mas também como ex-líder da maioria e como Presidente da Assembléia, para nossa honra, por duas vezes.

A imprensa papista tem atacado a emenda parlamentarista e alguns órgãos o têm feito de maneira desabrida, sem respeitar a dignidade dos deputados com assento nesta Casa, ofendendo a toda a Assembléia Legislativa e ofendendo, principalmente, a V. Exa.

Para que não fique nos Anais desta Casa a impressão de que homens que lutaram contra a emenda parlamentarista, nas condições propostas, estão de acordo com as ofensas à honra de V. Exa. e dos outros Srs. deputados que vão votar ou trabalhar a favor, faço esta declaração de que não estou de acordo com os ataques feitos, dirigidos a V. Exa. ou a outros Srs. deputados que apóiam a eleição indireta, ou por este Parlamento, do governador do Estado. Quero declarar, como já o fiz várias vezes, que lutarei com o máximo de minhas forças no sentido de impedir que seja roubado ao povo de São Paulo o direito de eleger, diretamente, o seu chefe do Executivo. Também quero declarar que não concordo nem ninguém pode concordar sob pena de má fé e de desonestidade, com palavras como aquelas pronunciadas pela nobre deputada Conceição da Costa Neves, que vem atacar um cidadão impoluto (não apolado), um Secretário extraordinário (não apoiado), como é o Dr. José Benifácio Coutinho Nogueira, que nada tem a ver com a campanha que a imprensa vem fazendo contra a adoção da emenda parlamentarista, contra a eleição indireta do Chefe do Executivo, por esta Casa.

(E dá um aparte anti-regimental.)

**O SR. ANTONIO MASTROCOLA** — Na realidade, Sr. Presidente, já muitos deputados se manifestaram contra a usurpação que se quer praticar contra o povo do Estado de São Paulo. E nós, representantes do povo paulista, iremos lutar aqui para que o povo de São Paulo continue com o direito de eleger o seu representante.

**O SR. DANTE PERRI** (Para reclamação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Roberto de Abreu Sodré, tive a honra de acompanhar V. Exa. à bela cidade do deputado Aloysio Nunes Ferreira, na primeira conferência parlamentarista que pronunciou V. Exa. naquela cidade e devo confessar a toda esta Casa e a toda a imprensa de São Paulo que, após a recepção magnífica que teve V. Exa. na Câmara, numa praça daquela cidade, que tem as dimensões da Praça da Sé, talvez quarenta pessoas não ouvissem os locutores daquele palanque. Entretanto, falamos durante 3 horas para 40 pessoas de São José, como se falássemos para 40 mil. Tenho feito conferências parlamentaristas no interior, em cidades eminentemente presidencialistas. Disse ainda há pouco tempo: eu não receio, porque tenho convicções claras, e minhas convicções não as escondo através de negociata alguma, tenho feito conferências parlamentaristas por excelência em cidades presidencialistas. Entretanto, devo lamentar que o deputado Mastrocola não tenha lido, ainda, pelo menos o Ato Adicional. S. Exa. declara, S. Exa. diz que se rouba ao povo de São Paulo o direito de eleger seu Executivo. Será possível que o deputado Antônio Mastrocola não sabe que o ato adicional diz que os Estados não de se filiar ao parlamentarismo em 1962, 1963 e 1964? E que o povo não vai eleger o Executivo? O povo vai eleger o Presidente. O Executivo é o gabinete. Será que o deputado Antônio Mastrocola não sabe disso? Não é o Governador que vai ser eleito pelo povo. É o Presidente. Então querendo enganar o povo, a não ser que haja alguma coisa escondida, atrás de tudo isso. O homem eleito pelo povo vai ser o Presidente, isto é, não vai governar, não vai ser Executivo. Executivo é o gabinete que se vai colocar em São Paulo, ao lado do Presidente eleito pelo povo.

Portanto, que não se esbulhe o povo. Então queremos fazer demagogia à custa da boa fé, da decência e da dignidade do povo e dos seus representantes nesta casa legislativa.

**O SR. NUNES FERREIRA** (Para reclamação) — Sr. Presidente e nobres Srs. deputados, não falo, neste instante, em nome da bancada que tenho a honra de integrar — o P.D.C. Falo como membro da Mesa, dirigida superiormente por V. Exa., Sr. Presidente Abreu Sodré, para dar e enunciar um depoimento que nasce banhado na linfa da mais autêntica sinceridade, como homem público e como deputado.

Fatos recentes, que constituem, na verdade, permissas de todo este processo de elaboração legislativa, parece que já se encontra atropelados e diluídos na memória dos nossos contemporâneos. Para isso, sentimo-nos, colocado — constringidamente, na obrigação de lembrá-los à Casa e à opinião pública de São Paulo, quando deviam ser do conhecimento unânime dos paulistas.

Não foi V. Exa. quem inventou em São Paulo a tese e a idéia do parlamentarismo, ou da extensão do parlamentarismo à nossa unidade federada. Foi deste Plenário que surgiram vozes, autoridades todas elas, cobrando da Mesa o cumprimento de um imperativo dever constitucional, posto ante V. Exa. e os demais membros da Mesa nos termos cristalininos do Art. 137 da nossa Carta Magna.

Toda a Casa e toda a opinião devem estar lembradas do equilíbrio, da ponderação e da serenidade com que V. Exa. agiu, desde os primórdios desta luta, ainda na fase inicial deste processo de elaboração legislativa. Lembro-me até de que V. Exa., cobrando deste Plenário, através do pronunciamento de um membro da minha bancada, esquivou-se a tomar posição deste logo.

E muito embora a Constituição e o Regimento Interno nos outegassem, a nós, da Mesa, a iniciativa da apresentação de emenda constitucional, V. Exa., embora convencido de que a matéria estava contida no âmbito da competência da Mesa, deferiu o seu exame à douta Comissão de Justiça da Casa.

Mas, ainda aí, depois que a Comissão de Justiça, espelhando o pensamento até então compacto da Casa (muito bem), proferiu o parecer que é o conhecimento de todos, ainda aí, V. Exa., balisando a sua conduta de ponderação, equilíbrio e cautela, quis alicerçar a tomada de posição da Casa consultando eminentes juristas de São Paulo e do Brasil. (Muito bem!) Foi somente depois desta longa compilação de dados, de elementos, de subsídios simples é que V. Exa. entregou aos seus companheiros de Mesa, — ao primeiro e segundo Secretários (muito bem), — a incumbência de proceder à cautelosa e condensação de toda aquela matéria.

É a contradição testemunho que quero opor àqueles que insistem em apontar a emenda parlamentarista, que vai agora ser colocada sob o julgamento e sob o crivo do Plenário desta Casa, como simples manobra do eminente deputado Abreu Sodré. Gostaria, sim, de dar o testemunho de que jamais V. Exa. encaminhou junto a mim ou ao nobre deputado Jacob Zveibil qualquer demarche ou qualquer consulta, ou sugestão que pudesse ter a eiva ou o condão de nos induzir a uma tomada de posição qualquer que fosse esse tão candente problema. Disse em São José do Rio Preto, na minha cidade mesma, lá onde o meu mandato deverá um dia ser julgado, ali onde a minha conduta como homem público deve ser apreciada, disse lá em São José do Rio Preto, que repudio, como agora o faço, com veemência, com calor e sinceridade, a aleivosia daqueles que pretendem ver em V. Exa. o único interessado na tramitação desta emenda. (Muito bem! Palmas prolongadas)

Agora, a nós da Mesa, nobre deputado Abreu Sodré, — e sei que é este o pensamento de V. Exa. — já quase não interessa a sorte desta emenda que, desde este instante, ficará à apreciação, ao exame sereno, — e Deus queira seja a decisão do plenário tomada com serenidade e acima de qualquer injunção. (Muito bem!) Mas desejamos dizer, mais, a V. Exa. que seja qual for o resultado da votação desta emenda um homem, pelo menos, sairá engrandecido de todo este episódio, e este homem chama-se Roberto de Abreu Sodré. (Muito bem; muito bem! Palmas prolongadas)

**O SR. PRESIDENTE** — Obrigado a V. Exa.

**O SR. FARABULINI JUNIOR** (Sem revisão do orador) (Para reclamação) — Sr. Presidente, Srs. deputados, devo deixar, também, o meu depoimento.

Tenho V. Exa. em alta conta, como homem sumamente honrado, e solidarizo-me com V. Exa., neste instante em que sofre os ataques que se processam através da imprensa, do rádio e da televisão.

Devo, entretanto, deputado Abreu Sodré, dizer a V. Exa. e ao povo de São Paulo que, da tribuna parlamentar, defenderemos ponto de vista completamente contrário à emenda parlamentarista. Certo, no entanto, depu-

tado Presidente, como afirmou bem o deputado Nunes Ferreira, da tribuna, V. Exa. não é o dono da emenda parlamentarista. V. Exa. usou de um direito legítimo de trazer para o Plenário a discussão da matéria. Mas tenho a certeza de que esta Casa estará subdividida; grande parte dos deputados acompanhará o ponto de vista popular, pois a repulsa, deputado Sodré, vem das ruas, vem das oficinas e dos campos, vem das fábricas. O povo argui o deputado nas ruas e lhe pergunta: Por que, deputado, aprovar emenda visando à eleição indireta? Nós queremos votar no candidato a Governador de São Paulo, seja ele quem for, venha de que ala política vier, e se o homem do povo tinha direito de votar livremente no seu candidato ao Poder Executivo, assim também os deputados à Assembléia, mas da futura, Atribuir aos deputados desta Legislatura o direito de votar no Governador de São Paulo, para os próximos cinco anos, parece-me uma verdadeira heresia.

Então, deputado Sodré, ao mesmo tempo em que me solidarizo com V. Exa., para que fique nos Anais minha palavra de apreço a V. Exa., desejo também destacar que o clamor não vem da imprensa, do rádio e da televisão apenas; vem das ruas. Com certeza os jornalistas buscam e encontram até as expressões de achincalhe contra deputados desta Casa, que pretendem aprovar a eleição indireta.

Ouvi, hoje, nas ruas, o seguinte: iremos à Assembléia, deputado, para acolovelarmos-nos diante dos Srs. deputados, a fim de fazer pressão contra a aprovação da eleição indireta. A eleição tem que ser direta. Ai estará a vontade popular, sacrossanta, que se não pode, absolutamente, roubar.

Não importa que deputados ocupem a tribuna para assacar aleivosias, mas V. Exa. sabe que o clamor do homem da rua, do povo, alcança o Parlamento. Hoje se inicia a discussão aqui, mas lá fora a discussão já vem de longe. A toda hora somos interpelados não só pelos nossos eleitores, como também por homens que não são nossos coitores e que se envergonham de saber que na Assembléia se votará alguma coisa capaz de roubar-lhes a oportunidade de votar diretamente no candidato a Governador.

**O SR. LUCIANO NOGUEIRA FILHO** — (Sem revisão do orador) — (Para reclamação) — Sr. Presidente, como todos sabem, fui dos primeiros que se manifestaram contra a adoção imediata do parlamentarismo no Estado de São Paulo. Entretanto, Sr. Presidente, em todas as oportunidades, inclusive nesta, vejo no Presidente desta Casa a personificação do prestígio, da dignidade e do respeito que merece esta Casa. Por isto mesmo, manifesto a V. Exa. a minha solidariedade.

V. Exa. cumpriu os seus deveres regimentais ao convocar esta sessão para examinar esta matéria. Entretanto, Sr. Presidente, ao manifestar-lhe a minha solidariedade por aquilo que V. Exa. simboliza, não posso retirar as declarações que já fiz à imprensa, no sentido de que a inclusão deste projeto nesta convocação extraordinária foi um golpe contra a Assembléia, porquanto esta convocação foi objeto de entendimento claro e amplo entre todos os líderes, entendimento este presidido pelo ilustre líder da maioria, e a cada deputado compete indicar tais projetos para serem apreciados por esta Assembléia. Com a inclusão posterior desta matéria, através de requerimento que é regimental, sem dúvida nenhuma, que encontra as portas do Regimento abertas, mas encontra fechadas as portas daquele entendimento havido, não posso concordar.

Além de que na convocação extraordinária da Assembléia não se me afigura como a oportunidade adequada para se discutir com serenidade esta matéria ainda mais no momento em que o Congresso Nacional retira o assunto da lei complementar recentemente votada, anunciando que será objeto de lei especial que será discutida e votada tão logo reabra o Congresso.

Por esta inoportunidade e a maneira como a matéria foi incluída para discussão é que merece, efetivamente, o repúdio dos deputados que são contra a adoção da emenda parlamentarista. Talvez esta decisão não seja perceptível pelos que estão fora desta Casa e, por isso, tenham praticado a injustiça de criticar V. Exa., mas esta Assembléia, como um todo, merece ser criticada, por se permitir discutir nesta oportunidade a adoção do parlamentarismo.

**O SR. FERNANDO MAURO** (Para reclamação) — Sr. Presidente, no Pequeno Expediente, tive a oportunidade de solicitar a V. Exa. uma reunião de líderes, a fim de reexaminar artigos publicados por determinados jornais, ofensivos a V. Exa., Presidente Abreu Sodré, como também altamente ofensivos ao decóro desta Casa.

Neste instante, não falo em nome do Partido Democrata Cristão. Falo em meu nome próprio repudiando esses artigos da imprensa. Como bem disse a nobre deputada Conceição da Costa Neves, que teve a altivez de vir a este microfone denunciar essa imprensa, é essa imprensa incapaz de fazer justiça àqueles homens de bem, de ajudar a manter o regime e a pátria no sistema democrático (Muito bem!) Esquecem-se esses homens de que, quando a pátria estava periclitante, as baionetas nas ruas, nossas famílias ameaçadas, a imprensa também ameaçada de calar, foi através do Presidente Abreu Sodré, foi através do patriotismo desse homem que, com o mesmo dia e noite, estivemos nesta Casa, lutando pela liberdade do quiverde pendão da nossa terra. São homens que se esquecem do passado, que se esquecem da sua autodefesa e hoje procuram macular um líder de São Paulo, um homem que pautou sua vida, que pautou suas atitudes nos princípios morais de Abreu Sodré.

Não foi somente o cidadão Abreu Sodré na sua dignidade de Presidente. Foram oendidos 91 nobres deputados desta Casa, sem distinção de legendas partidárias, sem distinção do pensamento com relação à emenda parlamentarista.

Srs. deputados, levantem de uma só vez este Poder, repudiando estes homens, estes maus brasileiros, estes maus paulistas, que desejavam ver a nossa pátria na anarquia, no caos, na rua sofrendo os amargores de uma ditadura. E isto que eles desejam porque são corruptos e se vendem a qualquer regime e por qualquer preço. Presidente Abreu Sodré, aqui lhe fala um amigo, talvez com ponto de vista diferente quanto ao parlamentarismo, mas aqui lhe fala como um homem do povo, um soldado seu na sua defesa, na defesa da sua moral, na defesa desta Casa pela qual todos nós lutamos, dia e noite, defendendo os interesses do povo da nossa terra.

São Paulo honra a sua bandeira e nós procuramos também honrar São Paulo porque São Paulo honra o Brasil. Meia dúzia de homens sem caráter moral, sem capacidade de vir a esta tribuna, atacam-nos através de uma imprensa paga. Que venham para a tribuna livre do povo, acusem-nos, mas acusem com sinceridade, com lealdade, com ponto de vista honesto. Vendilhões não somos, vendilhões são aqueles que publicam aquilo que é pago ao preço que exigem.

Presidente Abreu Sodré, minha solidariedade! Parlamento de São Paulo e companheiros, meu inteiro apreço a todos aqui, sejam quais forem as opiniões finais na decisão da emenda parlamentarista. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. EDUARDO BARNABÉ** (Para reclamação) — Sr. Presidente, Srs. deputados, como é estranha a política no nosso país! Como podem os grandes partidos nacionais, que roubaram do povo o voto nas últimas eleições, que negaram a posse de João Goulart no regime presidencialista, por esta tribuna, criticar a atitude de V. Exa., cu pela imprensa escrita, falada ou televisada? O povo elegeu João Goulart como Vice-Presidente da República no regime presidencialista e estes grandes partidos impediram-no de assumir a Presidência da República no regime presidencialista. E ainda têm coragem de falar em povo, em voto soberano do povo, na soberania popular, quando subtraíram a votação consciente do povo brasileiro! O Sr. João Goulart só pôde assumir a Presidência da República no regime parlamentarista. Qual é a força moral que têm esses partidos, representados em primeiro plano pelo P.S.D. e pela U.D.N.? Esses dois partidos roubaram do povo, taparam e enganaram o povo. Que força moral têm, Sr. Presidente, para atacar quem quer que seja neste Parlamento, pela imprensa, ou em qualquer parlamento ou câmara municipal do Brasil?

Sr. Presidente, falo em meu nome pessoal e falo com a cabeça erguida, porque pertencço a um partido — o Partido Socialista Brasileiro — cujo líder na Câmara Federal, o deputado Aurélio Vianna, denunciou a trama urdida pelo P.S.D. e pela U.D.N., e votou contra a adoção do regime parlamentarista. E, nesta Casa, a minha conduta em torno do projeto que vamos discutir e votar é seguir religiosamente a posição socialista adotada na hora da crise no Congresso Nacional e, agora, através de um comunicado do Diretório Regional, seção de São Paulo.

Eu não podia, Sr. Presidente, deixar de ocupar neste momento o microfone para hipotecar irrestrita solidariedade a V. Exa., porque V. Exa. apenas cumpriu o Regimento Interno da Casa. E por V. Exa. ser um Presidente democrata e realmente cumpridor de suas obrigações é que está sofrendo toda esta onda de agitação, que é realmente contra um homem íntegro, que se tem conduzido, durante estes dois anos, como Presidente da Assembléia, sem outra preocupação senão aquela de cumprir religiosamente o Regimento Interno, procurando elevar cada vez mais o Poder Legislativo, porque no regime democrático é o Poder Legislativo que deve imperar, e não o Poder Executivo.

Aqui está, pois, Presidente Abreu Sodré, minha irrestrita solidariedade a V. Exa. V. Exa. não está fazendo mais do que cumprir o Regimento Interno desta Casa. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** — Muito obrigado a V. Exa. Tem a palavra, pela ordem, o nobre deputado Jethero de Faria Cardoso.

**O SR. JETHERO DE FARIA CARDOSO** (Para reclamação) — Sr. Presidente e Srs. deputados, vou votar contra a adoção imediata do regime parlamentarista. Lançarei mão de todos os recursos regimentais na batalha que se avizinha neste Parlamento. Isto por uma grande razão: porque vejo na eleição direta, Sr. Presidente, uma possibilidade de desarticular, de desmontar a maior